

Para setor financeiro, o “jumbo” ainda é incerto

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Ninguém sabe, nem diretores do Banco Central, quando o empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões será fechado, afirmou ontem fonte do setor financeiro. Bancos europeus já deixaram claro que só cuidarão do desembolso dos primeiros US\$ 3 bilhões do jumbo após o Brasil completar o “pacote” de rolagem dos compromissos externos deste ano, com a conclusão das negociações junto ao Clube de Paris e a organismos oficiais.

De acordo com a programação oficial, os bancos participantes do jumbo deveriam liberar os primeiros US\$ 3 bilhões até a próxima quarta-feira; os restantes 54% seriam desembolsados em quatro parcelas: a primeira ainda este mês, entre os dias 20 e 29; a segunda em maio; a terceira em agosto e a última em novembro.

Assim, o atraso de mais de quatro meses na amarração final do jumbo já implicará, até o final de fevereiro, impacto negativo de US\$ 3,87 bilhões no fluxo de caixa do País, observou a fonte. Acrescentou que, sem os recursos do jumbo, o Brasil só consegue evitar que os atrasos nos pagamentos ao Exterior superem a marca dos 90 dias graças aos superávits mensais na balança comercial.

A fonte disse que não há mais o que fazer, ao comentar os entendimentos entre o Banco Central e os

bancos estrangeiros para superar as resistências ao Jumbo. Os banqueiros querem que o Brasil mostre o “pacote” fechado, o que depende do bom termo das negociações com cada país-membro do Clube de Paris e da concordância dos governos europeus e japoneses em complementar os créditos comerciais oficiais de US\$ 2,5 bilhões, além de o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovar as contas brasileiras e liberar os primeiros US\$ 400 milhões deste ano.

Mesmo após o acerto definitivo com o FMI, o Clube de Paris e os organismos oficiais de financiamento às importações brasileiras, o Brasil ainda precisará oferecer melhores condições para a contratação final dos empréstimos integrantes do jumbo. Ao contrário do que ocorreu no jumbo de fevereiro de 1983, desta vez nenhum banco quer tomar a iniciativa de antecipar recursos antes de uma decisão geral dos banqueiros e muitas instituições resistem à idéia de contratar o empréstimo diretamente com o Banco Central.

Os bancos querem impor a contratação dos empréstimos dentro das normas da Resolução nº 63 para que suas filiais ou correspondentes no Brasil tenham lucro adicional com a cobrança da comissão de repasse. Como a recessão econômica afastou os tomadores privados, os bancos pressionam para que também o setor público contrate as operações com a intermediação dos bancos no Brasil, via Resolução nº 63.